

Zero questiona opções de financiamento do Ministério do Ambiente

19 de Fevereiro, 2017 - 20:07h

A Zero critica as opções de financiamento do Ministério do Ambiente, nomeadamente em relação aos grandes eventos musicais que têm recebido o selo de "Festival Verde" e pede que os critérios sejam repensados em 2017.

A associação ambientalista afirma em comunicado que "analisou em pormenor a aplicação de receitas do Fundo Ambiental para o ano de 2017" e concluiu que, apesar da generalidade das prioridades definidas serem aceitáveis, algumas opções políticas são "questionáveis ou mesmo reprováveis".

Em relação aos projetos do próprio Ministério do Ambiente, a associação questiona os cinco milhões de euros que vão ser gastos para "garantir a sustentabilidade das entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e saneamento para financiar os custos acrescidos por mais uma reorganização do Grupo Águas de Portugal e os maus resultados da inconstância das políticas públicas".

Os projetos apoiados pelo Ministério do Ambiente que merecem críticas mais veementes por parte da Zero levantando um conjunto de dúvidas sobre o seu sentido são aqueles que se prendem com a "área dos resíduos e do financiamento de ações ambientais em festivais de música, com a atribuição de um selo de "Festival Verde", decisões estas que para aquela associação são "questionáveis e reprováveis".

os ambientalistas manifestam a sua discordância em relação ao facto de serem retirados 3,4 milhões de euros da Taxa de Gestão de Resíduos cobrada aos municípios para promover medidas que se inserem no âmbito da responsabilidade social das empresas

"O Ministério do Ambiente decidiu, de forma pouco sensata, apoiar os festivais de música com as verbas do Fundo Ambiental. A ZERO manifesta a sua total discordância com esta opção de gastar um terço das verbas destinadas à sensibilização ambiental subsidiando os festivais, não só porque estes eventos, em geral, já promovem iniciativas de sensibilização, mas também porque esta é claramente uma matéria da responsabilidade social e ambiental das empresas que os realizam, sem que haja necessidade de cofinanciamento com dinheiros dos contribuintes", sublinha o comunicado da associação.

Incentivar a reciclagem

Neste sentido, os ambientalistas manifestam a sua discordância em relação ao facto de serem retirados 3,4 milhões de euros da Taxa de Gestão de Resíduos cobrada aos municípios com o intuito de promover medidas que se inserem no âmbito da responsabilidade social das empresas, quando deviam ser empregues para cumprir os objetivos a que a taxa se direcciona, como os incentivos à reciclagem, dado que em 2015 apenas 28 por cento dos resíduos foram reciclados.

Em relação ao setor energético, a ZERO considera que deve ser esclarecido que parte do défice tarifário é que vai ser apoiada pelo Fundo Ambiental?; lê-se no documento que realça ainda a oposição daquela associação em relação à aplicação do dinheiro público para colmatar o défice tarifário no setor da eletricidade associado ao uso de combustíveis fósseis, que são subsidiados mais que as energias renováveis e agravam o preço da eletricidade?.

A finalizar, os ambientalistas exortam o Ministério do Ambiente a redireccionar a aplicação de verbas para áreas tidas como prioritárias, como a recolha seletiva e também a transição do país para o recurso a energia 100% renovável.

Artigos relacionados:

[Bloco denuncia atentado ambiental no Ecocentro de Marinhais](#) ^[1]

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/zero-questiona-opcoes-de-financiamento-do-ministerio-do-ambiente/47092>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/artigo/bloco-denuncia-atentado-ambiental-no-ecocentro-de-marinhais/46236>